

## RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

### SENADO FEDERAL

Plenário – 07 e 08/06, às 16h

As sessões deliberativas no Plenário do Senado desta semana ocorrerão na terça e na quarta-feira, para a apreciação das matérias que, dentre outras, destacam-se:

- **MP 1.100/2022**, que promove ajustes na cobrança da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins incidentes sobre a cadeia de produção e de comercialização de etanol hidratado combustível;
- **MP 1.101/2022**, que dispõe sobre medidas emergenciais para atenuar os efeitos da crise decorrente da pandemia da Covid-19 nos setores de turismo e de cultura.

Na quarta-feira, dia 08/06, é aguardada a apreciação do **PLS 68/2017**, de autoria da Comissão Diretora do Senado, que institui a Lei Geral do Esporte.

Outras matérias poderão ser incluídas na pauta mediante acordo de líderes.

**Resultado:** O Plenário do Senado Federal aprovou nesta quarta-feira, dia 08/06, a MP 1.100/2022, que promove ajustes na cobrança da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins incidentes sobre a cadeia de produção e de comercialização de etanol hidratado combustível. A matéria vai à promulgação. Também foi aprovada a MP 1.101/2022, que dispõe sobre medidas emergenciais para atenuar os efeitos da crise decorrente da pandemia da Covid-19 nos setores de turismo e de cultura. Aprovada com as emendas promovidas pela Câmara dos Deputados, a matéria vai à sanção presidencial.

Nesta mesma sessão deliberativa de quarta-feira, dia 08/06, foi aprovado o PL 68/2017, que institui a Lei Geral do Esporte. A matéria foi aprovada na forma de um substitutivo da relatora e vai à Câmara dos Deputados para sua votação em plenário.

**Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle – 07/06, às 14h30 -  
Plenário 06**

**PL 3835/2021**, que altera o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) e a Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/85), para aperfeiçoar a disciplina das ações coletivas.

O relator, Senador Eduardo Braga (MDB/AM), apresentou parecer favorável ao projeto, com uma emenda apresentada.

**Resultado:** Matéria não deliberada por ausência de quórum.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**Plenário – 07/06, às 14h, 08 e 09/06**

É aguardada a leitura da seguinte Medida Provisória, que depois de lida, passará a sobrestar a pauta:

- **MP 1.102/2022**, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 479.866.600,00, para atender a ações de Defesa Civil relativas à reconstrução de infraestrutura destruída ou danificada por desastres que geraram o reconhecimento federal da situação de emergência ou estado de calamidade pública, especialmente os Estados de Alagoas, da Bahia, do Espírito Santo, de Goiás, do Maranhão, de Minas Gerais, do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, do Pará, do Paraná e do Rio de Janeiro, com foco de reconstrução de unidades habitacionais e estradas vicinais, além de reconstrução de pontes e estabilização de encostas.

Também poderão ser deliberados requerimentos de urgências e proposições legislativas, dos quais destacam-se:

- **PL 4.566/2021**, que tipifica a conduta de injúria racial em local público ou privado aberto ao público de uso coletivo; advindo como um Substitutivo do Senado Federal;

- **PL 4.438/2021**, que altera o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), para estabelecer medidas protetivas de urgência para idosos e pessoas com deficiência que tenham sofrido violência ou que estejam na iminência de sofrê-la.

Outras matérias poderão ser incluídas na pauta, mediante acordo de líderes.

**Resultado:** O plenário da Câmara dos Deputados aprovou na sessão deliberativa de quarta-feira, dia 08/06, a MP 1.102/2022, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 479.866.600,00, para atender a ações de Defesa Civil relativas à reconstrução de infraestrutura destruída ou danificada por desastres que geraram o reconhecimento federal da situação de emergência ou estado de calamidade pública, especialmente os Estados de Alagoas, da Bahia, do Espírito Santo, de Goiás, do Maranhão, de Minas Gerais, do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, do Pará, do Paraná e do Rio de Janeiro, com foco de reconstrução de unidades habitacionais e estradas vicinais, além de reconstrução de pontes e estabilização de encostas. A matéria vai ao Senado Federal.

As demais matérias destacadas não foram analisadas.

<p><b>Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público – 07/06, às 9h - Plenário 12</b></p>
---

**PL 5.317/2009**, que autoriza as providências para a divulgação, pela internet, das informações relativas a gastos públicos classificados como indenizatórios.

O relator, Deputado Tiago Mitraud (Novo/MG), apresentou parecer pela sua aprovação com substitutivo.

**Resultado:** Não deliberado. Reunião cancelada.

**PLP 409/2014**, que institui a Lei da Meritocracia, através do Planejamento Estratégico da Administração Pública Brasileira e do Sistema Nacional de Gestão de Alto Desempenho,

autoriza a celebração de Acordos de Resultados e Contratos de Gestão e dá outras providências.

O relator, Dep. Tiago Mitraud (NOVO-MG), apresentou parecer pela aprovação deste, com substitutivo.

**Resultado:** Não deliberado. Reunião cancelada.

**PL 2.789/2021**, que cria nova hipótese de improbidade administrativa.

A relatora, Deputada Fernanda Melchionna (Psol/RS), apresentou parecer pela aprovação da matéria, com substitutivo.

**Resultado:** Não deliberado. Reunião cancelada.

<b>GT do novo Código de Processo Penal (CPP) - 07/06 – 10h – Plenário 05</b>
--

Apreciação das emendas ao Substitutivo do Relator, item "d" do Roteiro de Trabalho. Título VIII, Capítulo IV (Da Prova digital) - art. 298 a 320. (Apreciação nos termos do art. 50, III, "a", do Regimento Interno).

Deputado João Campos (Republicanos/GO);

Relator Deputada Margarete Coelho (PP/PI) – Coordenadora.

**Resultado:** Reunião realizada, com a aprovação do substitutivo do relator, ao Capítulo IV.

<b>Comissão de Constituição e Justiça – 07/06, às 13h; 08/06 e 09/06, às 9h - Plenário 01</b>
---

**PEC 163/2012**, que dá nova redação aos arts. 93, 95 e 103-B, da Constituição Federal, para vedar a concessão de aposentadoria como medida disciplinar e estabelecer a perda de cargo de magistrado nos casos de quebra de decoro.

O relator, Deputado Kim Kataguirí (União/SP), apresentou parecer pela sua admissibilidade. A PEC 505/2010, foi desapensada desta.

**Resultado:** Aprovado o parecer do relator, Dep. Kim Kataguirí (União-SP). A proposta será encaminhada ao Plenário da Câmara dos Deputados.

**PL 4.895/2020**, que altera o Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 para criar o crime de “Intimidação violenta”.

A relatora, Deputada Margarete Coelho (PP/PI), apresentou parecer pela aprovação, com substitutivo.

**Resultado: Não deliberado.**

**PL 4.483/2020**, que altera os artigos 7º e 16 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para aperfeiçoar o bloqueio de bens e garantir os resultados da ação de improbidade administrativa.

O relator, Deputado Gilson Marques (NOVO/SC), apresentou parecer pela aprovação, com substitutivo.

**Resultado: Não deliberado.**

<p align="center"><b>Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – 07/06 – 14h30 - Plenário 06</b></p>
--

**PL 5.417/2020**, que estabelece normas para publicidade de armas de fogo em todo território nacional e dá outras providências.

O relator, Deputado Eli Correa Filho (UNIÃO/SP), apresentou parecer pela rejeição da matéria.

**Resultado: Rejeitado o parecer do relator, Dep. Eli Correa Filho, que passa a constituir voto em separado. Aprovado o parecer vencedor do Dep. Capitão Derrite (PL-SP). A proposta foi encaminhada à Comissão e Finanças e Tributação, com o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas, a partir do dia 13/06/2022.**

<p align="center"><b>Comissão de Viação e Transporte - 08/06 – 8h30 – Plenário 11</b></p>
---

Está prevista Audiência Pública Semipresencial para discutir a superlotação de espaços de guarda e depósito de veículos.

Convidados:

1. FREDERICO DE MOURA CARNEIRO, Secretário Nacional de Trânsito (SENATRAN); (Confirmado);
2. SILVINEI VASQUES, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (PRF);
3. ERNESTO MASCELLANI NETO, Presidente da Associação Nacional dos Detrans (AND);
4. **ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS, Procurador-Geral da República do Ministério Público Federal;**
5. CLÉCIO OLIVEIRA DE CARVALHO, Presidente da Associação Brasileira de Leiloeiros Públicos Oficiais (Asbralei).

**Resultado:** Reunião realizada, com a participação do Procurador da República Filipe Andrios Brasil Siviero, representando o Ministério Público Federal.

**Comissão de Finanças e Tributação – 08/06 – 9h30 – Plenário 04**

**PL 998/2020**, que cria 6 (seis) cargos de Procurador Regional do Trabalho no quadro de pessoal do Ministério Público do Trabalho, de autoria do Ministério Público da União.

O relator, Deputado Julio Cesar (PSD-PI), apresentou parecer pela aprovação.

**Resultado:** Aprovado o parecer do Relator, Dep. Julio Cesar. A proposta será encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJC.

**Comissão de Direitos Humanos e Minorias - 08/06 – 15h – Plenário 09**

Está prevista Audiência Pública Semipresencial para discutir os desdobramentos da Chacina de Acari, em exame pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, particularmente sobre o crime de desaparecimento forçado e dos projetos de lei que tramitam sobre o tema.

Convidados:

1. Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos – MMFDH;
2. Comissão Interamericana de Direitos Humanos – CIDH;
3. Defensoria Pública da União – DPU;
4. **Eugênia Augusta Gonzaga, Procuradora Regional da República e Coordenadora do GT Memória e Verdade da PFDC; (participação confirmada)**

5. Ministério Público do Rio de Janeiro – MPRJ;
6. Mônica Alckimim - Representante do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH; (participação confirmada)
7. Sidney Teles, Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos - CEDDH; (participação confirmada)
8. Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro – CDDHC;
9. Rede Justiça Criminal;
10. Representantes das vítimas;
11. Organização de Direitos Humanos Projeto Legal.

**Resultado:** Reunião realizada.

<b>Comissão de Cultura – 08/06 – 15h30 - Plenário 10</b>
--

Está prevista Audiência Pública Semipresencial para discutir o Sítio arqueológico Cais do Valongo e do Centro de Pesquisa e Acervos.

Convidados:

1. Tania Andrade Lima - Arqueóloga. Departamento de Antropologia, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Comitê Científico do Quilombo Pedra do Sal;
2. Damião Braga Soares dos Santos, quilombola e consultor que das pesquisas arqueológicas desenvolvidas no antigo trapiche da Pedra do Sal e Presidente do Conselho Diretor da Comunidade Remanescente do Quilombo Pedra do Sal - ARQPEDRA e membro do Comitê Gestor Patrimônio Mundial Sítio Arqueológico Cais do Valongo e sua Zona de Amortecimento;
3. Flavia Carolina - Antropóloga e membro do Comitê Científico do Quilombo Pedra do Sal;
4. José Antônio Ventura - Presidente da Federação Nacional de Associações Quilombolas - FENAQ;
5. Isabel de Paula, Representante Unesco;
- 6. Jaime Mitropoulos, Procurador da República no Estado do Rio de Janeiro;**
7. Fátima Malaquias, Presidente do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro (COMDEDINE-RIO);

8. Gustavo Guerrante, Presidente da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP);
9. Laura Di Blasi, Presidente do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH);
10. Jorge Adolfo Freire e Silva, Coordenador Executivo de Promoção da Igualdade Racial.

**Resultado:** Reunião cancelada.